

O cenário de fim de mundo

Luiz Carlos Mendonça de Barros

Folha de S.Paulo, 17.4.2015

Operadores de fundos estrangeiros traçam cenário de fim de mundo para o país; essa possibilidade é remota.

Recebi nesta semana a visita de um grupo de analistas ligados a alguns fundos de investimento internacionais que aplicam seus recursos em mercados emergentes como o Brasil. Faço isso com certa frequência, pois faz parte de minha responsabilidade como analista da Quest conhecer a visão que esse pessoal tem do Brasil.

Outro subproduto importante dessas conversas é que atualizo minha informação sobre o que pensam os principais agentes financeiros no Brasil. De certa forma, recebo isso como forma de pagamento pelo tempo dedicado por mim a esses encontros.

O relato que recebi desses investidores foi muito interessante: os operadores dos mais importantes fundos de investimentos no Brasil continuam com um cenário de fim de mundo para nosso país. Os mais pessimistas trabalham com a hipótese de que vamos virar uma Venezuela nos próximos anos; os menos extremados olham para a Argentina como o capítulo final do governo Dilma, do PT e do Brasil.

Por essa razão, ao expor minhas ideias sobre o futuro do Brasil e da nossa economia, sentia que alguns membros do grupo me olhavam com certo espanto. Mostrei a eles as razões pelas quais o cenário de fim de mundo me parece uma hipótese muito remota. Disse que esse risco ocorreu em 2010, quando o apoio popular a Lula permitiria uma mudança nas regras constitucionais e a construção de um regime centrado no poder popular e nas ruas.

Tentei mostrar que uma série de mudanças recentes no governo da presidenta Dilma caminhava na direção de uma governabilidade mais estável. Chamei a atenção para o fato de que a recessão que se instala na economia, neste início de 2015, é a solução para a inflação fora da meta, e não um problema em si. E citei a recuperação expressiva dos preços de alguns ativos brasileiros nas últimas semanas como um sinal de que a racionalidade política volta lentamente entre alguns agentes do mercado.

No fundo, o conhecimento desse pessoal sobre os problemas que estamos enfrentando depende da leitura de alguns jornais e das opiniões de uma geração de analistas que não conhece a dinâmica política fora do período de ouro do PT.

Por isso, quando um cenário de mais longo prazo começa a aparecer no horizonte, a análise é ainda muito pobre, pois procura no consenso uma defesa para sua insegurança. Em momentos como os que vivemos hoje, a ousadia na busca de novos cenários é exigência para o sucesso.

Minhas convicções sobre o nosso futuro se fortaleceram na medida em que ouvia as perguntas mais específicas do grupo. Uma delas, que quero dividir com o leitor da **Folha**, questionava a possibilidade de manter-se em pé, por quatro anos, um governo tão fraco como o de Dilma Rousseff. Minha resposta foi até um

pouco dura, ao mostrar ao meu questionador que o período de vida útil do governo vai até maio ou junho do próximo ano, quando as eleições municipais de outubro de 2016 já estarão modelando o debate político no Brasil.

E minha convicção é que, com as dificuldades econômicas que estão afetando os eleitores e o peso das denúncias de corrupção contra o governo, o PT e seus associados na esquerda vão sofrer uma das maiores derrotas eleitorais de nossa história.

Ocorrendo esse cenário, a sociedade brasileira vai dedicar-se com corpo e alma para as eleições presidenciais de 2018, logo após conhecidos os resultados oficiais de 2016. A força de atração de uma mudança radical na dinâmica do poder político do Brasil, depois de mais de 12 anos de hegemonia petista, fará com que a energia da sociedade se volte para a construção de uma nova agenda do país.

A economia vai caminhar na direção da menor presença do governo nos mercados e respeito maior ao metabolismo natural de um capitalismo mais eficiente.

Já a sociedade civil se estruturará fora da proteção excessiva do Estado, na medida em que, nestes anos todos do governo do PT, aumentou de forma importante o número de brasileiros que dependem mais de seu trabalho e de uma cesta de serviços de origem privada, e menos do governo protetor.